

DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

26 de fevereiro a 1º de março de 2024

Nesta Edição

- △ [Atividades da Assespro Nacional](#)
- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Propriedade Intelectual](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Internet](#)
- △ [Transformação Digital](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [Governo Digital](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Internacional](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Política](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)

Atividades da Assespro Nacional

A **Federação Assespro** encaminhou ao Governo Federal, nesta semana, [carta](#) conjunta com o **Movimento Desonera Brasil**, em que defende **solução definitiva para a desoneração da folha de pagamentos**, no âmbito dos debates da Reforma Tributária, com vistas a garantir a geração de empregos formais no país. A entidade argumenta que a reforma tributária é o caminho adequado para uma política que contemple a previsibilidade necessária para os **planejamentos empresariais** e a **segurança dos empregos formais**, reafirmando disposição para o diálogo construtivo e democrático.

Além disso, a Federação Assespro participou de reunião com membros do setor de TI participantes da Câmara Setorial de Serviços Baseados em Conhecimento, vinculada ao Fórum MDIC para alinhamento das pautas em comum do setor. Entre as **principais demandas** da entidade, estão **i) a necessidade de linhas de créditos e condições de acesso a crédito** para o setor de TI; **ii) políticas de formação de mão de obra, regulação da inteligência artificial;** **iii) atração de *data centers* para o Brasil;** **iv) regras para exportação de serviços;** **v) letramento digital da**

população; e vi) desoneração da folha para o setor de TI. A Assespro foi representada por **Renato Roll**, sócio da Foco - Relações Governamentais.

Proteção de Dados

- **Conselho Diretor da ANPD recebe a Secretária de Direitos Digitais do Ministério da Justiça, Estela Aranha.** Nesta segunda-feira (26), o Conselho Diretor da ANPD recebeu a secretária de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), **Estela Aranha**. Durante a visita, foram discutidos os principais temas em andamento na Autarquia, com destaque para a Agenda Regulatória para o Biênio 2023-2024 e o Mapa de Temas Prioritários, que apresenta as prioridades fiscalizatórias da instituição. Além disso, foram ressaltadas medidas para o fortalecimento institucional da ANPD, como a realização de concurso público para servidores temporários e a proposta legislativa para adequação da estrutura organizacional da ANPD. Com informações de: [ASCOM ANPD](#)
- **Segunda edição do projeto reuniu profissionais de agências reguladoras.** A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) promoveu evento para esclarecer dúvidas sobre a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com foco em agências reguladoras. A segunda edição do “*Projeto ANPD Convida*” atraiu grande interesse, esgotando as vagas rapidamente. O diretor-presidente da ANPD, **Waldemar Gonçalves**, ressaltou a importância do caráter educativo da atuação da Autoridade, enfatizando o objetivo de difundir conhecimento sobre a proteção de dados pessoais de forma não coercitiva. A iniciativa visa a promover a troca de conhecimentos e experiências e estimular a conformidade com a LGPD. Com informações de: [ASCOM ANPD](#)
- **Designado relator de projeto que dispõe sobre agravamento de multas e novas exigências relacionadas a dados pessoais.** O senador **Nelsinho Trad** (PSD-MS) foi designado relator do [PL 4530/2023](#) (*Agravamento de multas e novas exigências relacionadas a dados pessoais*), na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). Aguarda-se a apresentação do parecer do relator ao projeto e emendas oferecidas para que a matéria seja votada pela Comissão. Além disso, o senador **Luis Carlos Heinze** (PP-RS) apresentou 3 emendas ao projeto, a saber:
 - » a [Emenda nº 1](#): apresenta **nova redação** sobre a obrigação de manutenção de avisos nos estabelecimentos comerciais e de serviços sobre a “*proibição de exigência de dados pessoais sensíveis ou não*”;
 - » já a [Emenda nº 2](#): visa a **exclusão** da expressão “*tratamento adequado*” da proposta de alteração do Art. 6º, XIV do CDC, que versa sobre “*a proteção e o tratamento adequados dos dados pessoais sensíveis ou não fornecidos no âmbito de qualquer transação comercial ou para fins promocionais nos termos da LGPD*”; e
 - » por fim, a [Emenda nº 3](#): busca a **supressão** do art. 1º do projeto, que propõe a ampliação do teto da multa simples de 2% para 20% do faturamento.

Segurança Cibernética

- **Vai a Plenário reconhecimento mútuo de assinatura digital no Mercosul.** A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal aprovou, nesta semana, o [PDL 929/2021](#) (*reconhecimento mútuo de assinatura digital no Mercosul*), na forma do [parecer favorável](#) apresentado pelo senador **Humberto Costa** (PT/PE). A matéria segue ao Plenário.

Propriedade Intelectual

- **MEC e Finep debatem propriedade intelectual no Brasil.** O Ministério da Educação (MEC) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) se unem para fomentar inovação na educação superior por meio de parceria. O **objetivo** do encontro foi pactuar uma cooperação que envolve a “*Vitrine MEC de Tecnologias*” e outras iniciativas voltadas para o ensino superior. O superintendente da Finep, **William Rospendowski**, apresentou os resultados do Programa de Apoio à Comercialização de Propriedade Intelectual, que busca apoiar a viabilidade de novos produtos, processos e serviços baseados em ativos de propriedade intelectual. A iniciativa conta com investimentos de **R\$ 145 milhões** em subvenção econômica para projetos de **R\$1,5 milhão a R\$5 milhões**, visando a parceria entre empresas e instituições detentoras de propriedade intelectual para o desenvolvimento e avaliação de novos produtos, processos e serviços. A chamada está aberta em modelo de fluxo contínuo, permitindo que empresas submetam propostas a qualquer momento para avaliação pela Finep. Com informações de: [ASCOM MEC](#)

Inteligência Artificial

- **Relator põe em dúvida regras do PL de inteligência artificial.** Durante o *Mobile World Congress*, o relator do [PL 2338/23](#) (*uso da Inteligência Artificial*), **Eduardo Gomes** (PL-TO), revelou sua mudança de posicionamento em relação ao marco legal para a inteligência artificial. Antes defensor das “garantias previstas nessa proposta de lei”, Gomes agora expressa preocupações sobre possíveis “dificuldades para desenvolvimento e inovação”. O senador destacou que a aprovação inicial da lei 2 anos atrás teria tornado a mesma obsoleta, e ressaltou a complexidade de promover uma regulação eficaz para a inteligência artificial, citando os desafios enfrentados pela União Europeia (UE) e pelos Estados Unidos (EUA) nesse sentido. Gomes ainda destacou as inovações em inteligência artificial apresentadas durante o MWC, reforçando a importância de um ambiente de regulação e investimento que leve em consideração o uso da inteligência artificial na vida das pessoas e não prejudique seu desenvolvimento e inovação. Com informações de: [Convergência Digital](#)

Internet

- **Juscelino Filho se reúne com grandes empresas de telecomunicações e defende taxaço de big techs.** Nesta semana, o ministro **Juscelino Filho** (Comunicações) esteve presente na

Mobile World Congress, em Barcelona, para defender a taxaço das grandes plataformas digitais, as *big techs*, como forma de financiar a incluso digital no Brasil. Durante o evento, o ministro participou de reunioes com representantes da Amazon e da Telebrasil para discutir o assunto e destacou a importância de as plataformas contribuırem para a aceleraço da incluso digital no país. Juscelino ressaltou que a taxaço das *big techs* pode ser uma importante fonte de recursos para alcanço esse objetivo e destacou que a discusso sobre o tema está em pauta em todo o mundo. Além disso, o ministro também teve a oportunidade de conhecer novas tecnologias em desenvolvimento e participar de reunioes importantes com entidades e autoridades do setor. Com informações de: [ASCOM MCom](#)

Transformação Digital

- **Em reunião com a Abisemi, ministra reforça importância da reativaço da CEITEC e nova política industrial.** A ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovaço) se reuniu com representantes da Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores (Abisemi) para discutir questões importantes relacionadas ao setor de tecnologia. O encontro abordou o Nova Indústria Brasil, a reativaço da Ceitec e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays (Padis). Durante a reunião, foram apresentados dados sobre o setor no Brasil e discutidos os instrumentos de apoio à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), como a Lei de TICs e o Padis. Segundo presidente da Abisemi, Rogério Nunes, o setor de semicondutores registrou o melhor momento em faturamento em 2022, destacando a importância da atualizaço das políticas federais do setor para garantir a atuaço internacional das empresas brasileiras e a manutenço dos investimentos em P&D. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)
- **MCTI sedia Conferência Livre de Tecnologia Social e Economia Solidária.** O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovaço (MCTI) participou da Conferência Livre de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva nos dias 28 e 29 de fevereiro, com o objetivo de discutir o potencial da tecnologia para solucionar problemas enfrentados pela população brasileira. O evento contou com a participaço do secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social do MCTI, **Inácio Arruda**, que ressaltou a importância da participaço popular nas discussões sobre a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia. No segundo dia, a ministra **Luciana Santos** abordou a importância de uma nova política de ciência, tecnologia e inovaço, assim como o papel da tecnologia social. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)

Educaço

- **Câmara deve votar Novo Ensino Médio até março, diz líder da frente de educaço.** Governo e a Câmara dos Deputados buscam acordo para aprovar o Novo Ensino Médio até o fim de março. O novo presidente da Frente Parlamentar Mista de Educaço, deputado **Rafael Brito** (MDB/AL), afirmou que os deputados têm o compromisso de resolver a questão de forma urgente e rápida. O prazo para a aprovaço foi acordado com o presidente da Câmara, **Arthur Lira** (PP/AL), e o projeto, que está parado desde o fim de 2023, enfrenta entraves relacionados

ao parecer do relator do PL, deputado **Mendonça Filho** (União Brasil/PE). Com informações de: [Congresso em Foco](#)

Mídias Sociais

- **Uso de IA para difamar opositores ou processo eleitoral levará à cassação, decide TSE.** O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou um conjunto de 12 resoluções que estabelecem regras para as eleições de 2024. Uma das **principais medidas** é a responsabilização solidária de provedores e candidatos por conteúdos que promovam atos antidemocráticos, disseminem notícias falsas, ameacem autoridades públicas, propaguem discurso de ódio ou façam uso irregular da inteligência artificial (IA). Além disso, os candidatos que utilizarem de forma indevida IAs para difamar o processo eleitoral ou criar *deep fakes* poderão ter seus registros e mandatos cassados.
 - » Ainda, nessa semana, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), **Cármen Lúcia**, compartilhou com o Plenário do STF informações sobre o enfrentamento da desinformação e do uso indevido de inteligência artificial (IA) nas Eleições Municipais de 2024. A ministra propôs a atualização das normas eleitorais devido aos avanços tecnológicos, levantando questões sobre propaganda eleitoral e a influência das novas tecnologias na democracia. Ela enfatizou a importância de saber o que é aceitável do ponto de vista constitucional, legal e da jurisprudência do TSE em relação ao uso dessas novas tecnologias que impactam diretamente na escolha livre do eleitor. Com informações de: [JOTA](#) e [ASCOM STF](#)
- **Combate a 'fake news' é mais urgente do que debate sobre rateio de custos das redes, diz Anatel.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) está empenhada em agilizar a resposta a abusos cometidos na internet, principalmente durante as eleições municipais de 2024. O presidente da agência, **Carlos Baigorri**, afirmou em entrevista ao Valor que a Anatel está avançando com instrumentos para atuar rapidamente quando acionada pelo Judiciário para remover conteúdos ofensivos ou plataformas que disseminem desinformação durante o processo eleitoral. Baigorri ressalta a urgência em estabelecer mecanismos para inibir crimes cometidos no ambiente virtual, deixando de lado, por ora, a discussão sobre o endereçamento de custos proposta pelas operadoras de internet. A Anatel mobilizou-se a partir de um acordo de cooperação técnica com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no ano passado. Com informações de: [Valor Econômico](#)

Governo Digital

- **MGI institui o funcionamento de Subcomitê Técnico de Interoperabilidade de Dados do CCGD.** No âmbito do Comitê Central de Governança de Dados (CCGD), vinculado ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), fica instituído o Subcomitê Técnico de Interoperabilidade de Dados, pelo **período de 1 ano**, com **competência** para elaborar proposições e emitir orientações relacionadas ao tema de Interoperabilidade de Dados. O subcomitê será **composto** por representantes indicados pelos membros que compõem o CCGD, podendo ser convidados para participar das reuniões também entidades públicas ou

privadas, bem como consultores técnicos especializados nos assuntos afetos ao subcolegiado, sem direito a voto.

Economia & Tributário

- **Governo revoga trecho de MP e garante desoneração de 17 setores da economia.** Por meio da [Mensagem nº 56/2024](#) a Presidência da República encaminhou ao Congresso Nacional o texto do projeto de lei que com a proposta do governo de novo modelo de desoneração da folha de pagamentos ([PL 493/2024](#)). Além disso, foi publicada ainda a [MPV 1208/2024](#) com a revogação dispositivos da MPV 1202/2023 relacionados à reoneração da folha. A publicação da medida visa reestabelecer a vigência da [Lei nº 14.784/2023](#), no que tange o setor privado, garantindo a continuidade da política da desoneração da folha para os 17 setores produtivos em 2024 nos moldes que vinham sendo aplicados nos últimos anos. Assim, a publicação confere maior tempo para discussão entre o governo, o Congresso e o setor produtivo sobre o futuro do programa por meio do projeto de lei.
- **Designada relatora de projeto que dispõe sobre fomento à inovação e estímulo à performance em startups.** A senadora **Ana Paula Lobato** (PSB-MA) foi designada relatora do PLP 2/2022 (*fomento à inovação e estímulo à performance em startups*) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria aguarda a apresentação do parecer da relatora para ser votada pelo Colegiado. Após a análise da CAS, o projeto passará pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE); e de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT), sendo encaminhado por fim, para análise do Plenário do Senado Federal. Caso aprovado, seguirá para deliberação da Câmara dos Deputados
- **Comissão aprova relatório do Marco Legal dos Games.** A Comissão de Educação e Cultura (CE) do Senado Federal aprovou, nesta semana, o [PL 2796/2021](#) (*marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia*) na forma do substitutivo da senadora **Leila Barros** (PDT/DF). Uma novidade do substitutivo é a previsão de que, na realização da classificação etária, sejam considerados riscos relacionados à saúde dos usuários e ao uso de mecanismos de microtransações. As ferramentas de compras dentro dos jogos devem garantir a restrição para transações comerciais realizadas por crianças, que precisam contar com o consentimento dos responsáveis. A matéria segue para o Plenário em regime de urgência.
- **Portaria estabelece diretrizes para reconhecimento de sistemas de apostas on-line.** O Ministério da Fazenda (MF) estabeleceu novas diretrizes e procedimentos para reconhecer a capacidade operacional das entidades certificadoras dos sistemas de apostas, estúdios de jogo ao vivo e jogos online utilizados por operadores de loterias de apostas de quota fixa. De acordo com a [Portaria MF-SPA/MF nº 300](#), apenas as entidades certificadoras reconhecidas pelo MF poderão emitir certificados específicos para o Brasil, atestando a conformidade dos sistemas e jogos apresentados pelas pessoas jurídicas interessadas na outorga para exploração comercial de apostas de quota fixa. Além disso, as entidades certificadoras devem garantir ao Ministério acessibilidade a todos os documentos e testes realizados, emitir relatórios de avaliação em língua portuguesa e abster-se de avaliações que configurem conflito de interesse. Os

certificados emitidos deverão observar os modelos de relatórios estabelecidos e seguir os requisitos técnicos definidos em regulamento específico.

- **Designada relatora de projeto que institui Programa Crédito da Mulher.** A senadora **Augusta Brito** (PT/CE) foi designada relatora do [PL 1883/2021](#) (*institui Programa Crédito da Mulher*) na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal. Após análise da CDH, o projeto passa ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de ser remetida ao Plenário.

Trabalhista

- **Ministério do Trabalho nega novo adiamento do FGTS Digital.** O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) confirmou que o FGTS Digital entrará em produção a partir de 1º de março de 2024, encarregado de recolher o FGTS mensal e rescisório a partir dessa data. Mesmo com os pedidos de empresas de tecnologia da informação para adiar a implementação, o ministério reafirmou a data estabelecida pela [Portaria MTE nº 3.211/2023](#) e [Edital SIT nº 004/2023](#). Além disso, foi publicada a [Portaria MTE nº 240/2024](#), que detalha os procedimentos relacionados ao FGTS digital, estabelecendo condições relativas à Guia de Recolhimentos. Nesse sentido, a partir dessa sexta (1º), o recolhimento de FGTS sobre verbas rescisórias de demissões permitidas para saque do FGTS será feito por meio das guias do FGTS Digital. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **Vai à CCJ projeto que permite segredo de justiça para reclamação trabalhista.** A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, nesta semana, o [PL 4533/2020](#) (*segredo de justiça para reclamação trabalhista*), na forma do [parecer favorável, com emenda](#), da senadora **Ana Paula Lobato** (PSB/MA). A matéria segue à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).
- **Retorna ao Plenário projeto sobre redução da jornada de trabalho.** A CAS aprovou o parecer às Emendas de Plenário ao PL 1105/2023 (*redução da jornada de trabalho*), apresentado pelo senador **Paulo Paim** (PT/RS), com voto favorável à [Emenda nº 6](#) e contrário às Emendas [nº 4](#), [nº 5](#), [nº 7](#) e [nº 8](#). A [Emenda nº 6](#) acolhida, apresentada pela senadora **Zenaide Maia** (PSD/RN), estabelece que a jornada poderá ser feita por acordo individual de trabalho, desde que não ocorra a redução salarial. A matéria retorna agora para apreciação do Plenário. Se aprovado pelo Senado, o projeto seguirá para análise da Câmara dos Deputados

Internacional

- **Ministerial da OMC: riscos de taxação do comércio eletrônico.** A moratória global que impede a taxação de transações eletrônicas está em risco de não ser renovada durante a conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Abu Dhabi. Conhecida como “*moratória do comércio eletrônico*”, a medida, que veda tarifas alfandegárias em transmissões eletrônicas, expira ao término do evento. Caso não seja prorrogada, países como Índia e África do Sul poderão impor taxas em aplicativos de mensagens, serviços de chamadas

de vídeo, transações financeiras transfronteiriças e fluxos de dados, o que teria um impacto significativo nos negócios. A Indonésia, por exemplo, já está se preparando para implementar esse tipo de taxaço rapidamente, caso a moratória não seja renovada. Com informações de: [Valor Econômico](#)

- **Brasil e Angola discutem projetos estratégicos em ciência e educação.** O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) recebeu, na segunda-feira (26), uma delegação liderada pela ministra do Ensino Superior, Tecnologia e Inovação de Angola, **Maria do Rosário Bragança**, para discutir parcerias nas áreas de ciência e educação. A expectativa é de que um plano de ação seja estabelecido para concretizar as propostas discutidas durante a visita. Durante a visita, a ministra **Luciana Santos** destacou a reativação do Programa de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação com Países da África (ProÁfrica), que busca promover o intercâmbio entre pesquisadores brasileiros e africanos. Criado em 2004 e gerido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o programa não lançava editais desde 2014, e agora visa fortalecer a participação de pesquisadores de Angola. Segundo Luciana Santos, Angola é um parceiro estratégico do Brasil, tanto comercialmente quanto cientificamente, e há uma forte vontade de cooperação entre os países. Já a ministra Maria do Rosário Bragança ressaltou a importância de estreitar os laços entre as instituições de ensino dos dois países, afirmando que estão alinhados quanto ao desejo de cooperação. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)

Administração Pública

- **ANATEL aprova alterações em sua Agenda Regulatória para o biênio 2023-2024.** A Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) divulgou [acórdão](#) que dispõe sobre a aprovação de alterações na [Agenda Regulatória 2023-2024](#), para, entre outros:
- » incluir o item “*Elaboração de Edital de Licitação para autorização de uso de radiofrequências*”, associadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP) com vistas a disponibilizar subfaixas disponíveis em diversas faixas do espectro;
 - » incluir o item “*Proposta de alteração do Regulamento de Segurança Cibernética Aplicada ao Setor de Telecomunicações*”, de modo a atualizá-lo para contemplar novos elementos, novas tecnologias e novos pontos de criticidade, tais como aplicação maliciosa de soluções de inteligência artificial (IA), novas vulnerabilidades nas diversas camadas de transmissão da rede, aspectos normativos relativos à prestação dos serviços de *cloud computing* e de *data centers* quando associadas ao setor de telecomunicações; e
 - » modificar o item “*Reavaliação do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas da Anatel (RASA)*” para, por exemplo, tratar do desenvolvimento de experimentação regulatória, que contemple, inclusive, aplicações de IA, para otimização das rotinas das diversas unidades da Anatel na gestão dos processos sancionadores.

Política

- **Câmara fecha fevereiro sem previsão de acordo para comissões.** O adiamento na definição dos comandos das comissões da Câmara dos Deputados promete se arrastar até o mês de abril, devido à disputa partidária pelos espaços. O presidente da Casa, **Arthur Lira** (PP/AL), deve adiar os anúncios diante das tensões existentes, para evitar possíveis impactos negativos em projetos em andamento e em seus próprios acordos políticos visando a sucessão em 2025. Além disso, as lideranças temem que Lira, em busca de apoio para sua futura reeleição, possa colocar em xeque acordos já estabelecidos, já que o Palácio do Planalto também tem restringido a liberação de emendas. Este impasse político promete se estender, influenciando o ambiente parlamentar e podendo impactar, inclusive, a tramitação de projetos e decisões importantes. Com informações de: [Congresso em Foco](#)
- **Apresentado relatório final sobre atualização do Código Civil.** Nesta semana, a Comissão de Juristas responsável pela atualização do Código Civil Brasileiro ([Lei nº 10.406/02](#)) apresentou relatório final da atualização do Código Civil, com destaque para direito digital e direito das coisas, revisão contratual e sucessões. Durante audiência pública, o ministro da Suprema Corte argentina, Ricardo Lorenzetti, enfatizou a importância de estabelecer grandes princípios e valores para regular as relações sociais do século 21. A versão final do anteprojeto está programada para ser votada em abril, após o prazo para apresentação de sugestões de alterações. O presidente do Senado Federal, **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG), deve patrocinar o anteprojeto para que inicie sua tramitação formal como projeto de lei.

Consultas & Compras Públicas

- **Prorrogadas consultas sobre guia de anonimização e norma de direitos dos titulares.** A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) estendeu o prazo para que a sociedade contribua com sugestões sobre o Guia Orientativo de Anonimização e Pseudonimização e a norma de direitos dos titulares de dados pessoais. Agora, as contribuições para o guia têm prazo até 14 de março, e para a norma, até 3 de abril. As sugestões referentes ao guia devem ser enviadas por meio da plataforma [Participa + Brasil](#), que também disponibiliza 3 estudos técnicos para embasar as contribuições. Já para a norma sobre direitos dos titulares de dados pessoais, a participação acontece exclusivamente no espaço “Opine Aqui”, dentro da plataforma Participa + Brasil, permitindo a participação tanto de titulares quanto de agentes de tratamento de dados. Com informações de: [ASCOM ANPD](#)
- **ANATEL abre consultas públicas.** Encontram-se em andamento, no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), consultas públicas de interesse do setor de tecnologia da informação e comunicações (TIC) e de telecomunicações. As contribuições podem ser enviadas diretamente através do portal [Participa Anatel](#). A saber:
 - » a consulta pública nº 10/2024, aberta até 11 de abril de 2024, que visa receber comentários e sugestões do público sobre a atualização das atribuições e destinações do Plano de Distribuição de Faixas de Frequências (PDFF) e o Regulamento de Condições de Uso de Radiofrequências (ReCon), conforme o item 21 da Agenda Regulatória para 2023-2024.

- » já a [consulta pública nº 9/2024](#), aberta até 5 de maio de 2024, busca receber subsídios do público sobre a proposta de requisitos para avaliação da conformidade do produto “tela interativa para uso educacional”.
 - » ainda, a [consulta pública nº 12/2024](#), aberta até 29 de abril de 2024, submete a comentários e sugestões do público geral a proposta de reavaliação do Regulamento de Avaliação da Conformidade e de Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela [Resolução ANATEL nº 715/2019](#), objeto do item 16 da Agenda Regulatória 2023-2024.
 - » por fim, a [consulta pública nº 13/2024](#), aberta até 15 de abril de 2024, sobre a proposta de reavaliação do Regulamento de Avaliação da Conformidade e de Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela [Resolução ANATEL nº 715/2019](#), objeto do item 16 da Agenda Regulatória 2023-2024.
- **Lançada a terceira rodada do programa Soluções de IA para o Poder Público.** Nesta semana foi lançada a [3ª Rodada da Seleção Pública de “Soluções de IA para o Poder Público”](#), com um investimento de mais de **R\$ 24 milhões** no programa. O **objetivo** dessa iniciativa é apoiar projetos que envolvam o desenvolvimento de soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA) para aplicações em Desafios Tecnológicos de entidades do Poder Público Federal. Nesta nova fase, os participantes devem propor soluções para 9 desafios tecnológicos de instituições como Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro); o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), podendo enviar suas propostas até 11 de abril. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)

Nomeações

- **ANPD conta com nova equipe de Encarregados pelo Tratamento de Dados Pessoais.** Por meio da [Portaria nº 15/2024](#) do Ministério da Justiça e de Segurança Pública (MJSP), fica alterada [Portaria](#), que indicava os servidores para comporem a equipe de Encarregados pelo Tratamento de Dados Pessoais, no âmbito da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD).
- **Nomeado novo diretor de Projetos de Infraestrutura e de Inclusão Digital.** Foi [nomeado](#), para exercer o cargo de diretor de Projetos de Infraestrutura e de Inclusão Digital da Secretaria de Telecomunicações do Ministério das Comunicações (SETEL/MCOM), [Jordan Silva de Paiva](#), ficando exonerado Romulo Barbosa do cargo supracitado.
- **Ministério da Saúde nomeia novo coordenador de Gestão de Projetos de TIC.** O Ministério da Saúde [nomeou](#) [Marcelo Takatsu](#) como coordenador de Gestão de Projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI/MS). Takatsu irá atuar na Coordenação-Geral de Relacionamento, Governança e Projetos, do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde.

- **Coordenadora de fiscalização da ANPD é dispensada.** Nesta semana a coordenadora de fiscalização da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, Maridélia Moura de Arruda Moreira, foi [dispensada](#) de suas funções.
- **MAPA designa novo coordenador de Conectividade, Agricultura Digital e Mecanização.** No âmbito Coordenação-Geral de Articulação para Inovação do Departamento de Apoio à Inovação para a Agropecuária, vinculado à Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo, do Ministério da Agricultura e Pecuária (SDI/MAPA), foi designado [Alaercio Londe da Silva](#) para exercer a função de coordenador de Conectividade, Agricultura Digital e Mecanização.
- **MF conta com novos representantes no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.** Foram [designados](#) [Rafael de Azevedo Ramires Leão](#) (titular) e [Cristiano Boaventura Duarte](#) (suplente), na qualidade de [representantes da Bancada do Governo pelo Ministério da Fazenda \(MF\)](#), junto ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (CODEFAT/MTE).
- **MTE anuncia novo membro da Secretaria de Inspeção do Trabalho.** O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) [nomeou](#) [Celso Amorim Araújo](#) como o novo coordenador de Orçamento, Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Coordenação-Geral de Integração Fiscal da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT).
- **MTE reconduz GT sobre Programa + Inclusão.** Ainda no âmbito da Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), fica [reconduzido](#) [Grupo de Trabalho \(GT\)](#) para elaboração o [Programa Nacional de Promoção a Inclusão e Integração das Pessoas com Deficiência no Mundo do Trabalho \(Programa + Inclusão\)](#), do âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- **Designados membros a GTI sobre Política Nacional de Direitos Humanos e Empresas.** O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) divulgou, nesta semana, a [relação nominal](#) dos [membros designados para compor o Grupo de Trabalho Interministerial \(GTI\)](#) responsável pela [elaboração da Política Nacional de Direitos Humanos e Empresas](#).